



# RESUMO

**Introdução:** O Território do Sertão do Araripe é formado por 10 municípios e localizado na porção mais ocidental de Pernambuco e faz parte da região semiárida do Nordeste. As principais características naturais do Território do Sertão do Araripe são o clima quente e seco, com escassez e irregularidades de chuvas, geralmente concentradas em poucos meses, aliadas a uma alta evapotranspiração e à existência de grandes períodos de seca.

**Objetivo:** O objetivo desse estudo foi o de compreender como se dar as interações entre os diversos atores do território entre si e com o meio ambiente. **Material e Métodos:** Para tal, foi utilizada as atividades de imersões do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE como base para levantamento das informações. **Resultados:** Observa-se nos resultados obtidos que o modelo hegemônico instalado no território tem uma direta atuação nos conflitos socioambientais mostrados. **Conclusão:** É imperativo refletir e questionar se existe um modelo de desenvolvimento para o território, que consiga aliar a necessidade da “extração”, da matéria prima, com a redução drástica dos impactos ambientais, sociais, territoriais, entre outros, em nome de uma convivência harmoniosa e equilibrada.

**Palavras-chave:** Agroecologia; Conflitos Socioambientais; Desenvolvimento Territorial; Resistência

## 1 INTRODUÇÃO

Dentre os vários conceitos existentes, um território também pode ser definido como um espaço geográfico formado por um conjunto heterogêneo de municípios no que diz respeito aos recursos naturais, atividades econômicas, as infraestruturas econômica e social, constituição e funcionamento do poder local, organização da sociedade civil e relações sociais existentes no interior dela e relações estabelecidas com o poder público local (GARCIA, 2013).

O Território do Sertão do Araripe é formado por 10 municípios: Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena e Trindade, ocupando uma área de 12.020,3 km<sup>2</sup>, localizado na porção mais ocidental de Pernambuco e faz parte da região semiárida do Nordeste brasileiro. Limita-se ao Norte com o Território do Cariri (Ceará), ao Sul com o município de Parnamirim e Território do Sertão do São Francisco (Pernambuco), a Leste com Serrita (Pernambuco) e a Oeste com o Território Vale dos Guaribas (Piauí). A média das distâncias para a capital Recife é de 573,3 km, sendo Araripina o município mais distante (620,6 km) e o mais próximo Moreilândia (516,2 km) (IBGE, 2010).

A população que habita no Semiárido, onde está inserido o Território do Sertão do Araripe, buscam alternativas visando adaptar-se frente a essas novas realidades climáticas e evidam esforços visando mitigar essas transformações para garantirem suas permanências nesses territórios com características distintas, seja pela ampla presença do bioma caatinga com toda sua biodiversidade, pela aridez do clima proveniente de irregularidades das precipitações pluviométricas que variam entre 400 e 800 mm/ano (INSA, 2021).

O Território está inserido nas unidades geoambientais da Depressão Sertaneja e das Chapadas Altas. A Depressão Sertaneja representa a paisagem típica do semiárido nordestino, e as Chapadas Altas com altitude superior a 800 metros, são formadas por platôs altos e extensos, apresentando encostas íngremes e vales abertos (CONDEPE/FIDEM, 2011).

Sua vegetação é caracterizada por fisionomias de Cerrado e Caatinga; desde 1997, os municípios do Território estão inclusos na Área de Proteção Ambiental (APA) da Chapada do Araripe (10.000 km<sup>2</sup>). Basicamente composta por Caatinga Hiperxerófila com trechos de Floresta Caducifolia (CONDEPE/FIDEM, 2011).

O processo de formação dos 10 municípios começou no século XIX, com Ouricuri, em 1849. Oriunda de uma fazenda de gado, suas terras pertenciam à dona Brígida Alencar, possuidora de muitas léguas na região que, não podendo cultivá-las sozinha, resolveu vendê-las. Uma parte foi adquirida pelo casal João Goulart, que ali se estabeleceu, denominando-a de Fazenda Tamboril, sendo eles os primeiros habitantes de Ouricuri. Os demais municípios foram se constituindo de 1907 (Exu) a 1997 (Santa Filomena). (MDA; Fotear; IADH, 2011).

O Bioma Caatinga ocupa cerca de 70% do Semiárido brasileiro, seu desmatamento tem se tornado um grave problema e vem causando impactos desastrosos para o equilíbrio dos ecossistemas existentes nesse espaço. O desmatamento progressivo do bioma Caatinga, em grande medida é na retirada da vegetação nativa para utilização da lenha, enquanto energia, transformando-as em carvão vegetal. Outras ações antrópicas ilegais também estão presentes através da mineração, uso indevido dos solos, implantação de pastagens para pecuária, caça ilegal e especulação imobiliária entre outras (INSA, 2021; ISPN, 2021; MDA, 2011).

Sendo assim o objetivo desse estudo foi o de compreender como ocorre as interações entre os diversos atores do território entre si e com o meio ambiente a partir da imersão realizada no território do Araripe.

## 2 METODOLOGIA

As informações apresentadas neste trabalho, foram levantadas durante o processo de imersão que foi realizado no primeiro semestre do ano de 2021 como parte do processo de formação no curso de Pós – Graduação, doutorado, em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) em rede das Universidades do Vale do São Francisco (UNIVASF), Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), campos Recife – PE. O processo de ensino-aprendizagem citado, faz parte da metodologia que é utilizada no PPGADT- UFRPE onde um território do estado de Pernambuco é escolhido para que os/as discentes possam adentrar no território através de escutas a partir de contatos com pessoas consideradas importantes ao processo. O território escolhido na época foi o da região do Araripe. Por conta do momento da pandemia da COVID – 19 vivenciado naquele momento, a imersão foi realizada de maneira remota através da plataforma de vídeo chamada *Google Meet*, onde todos/as participantes concordaram com autorização de uso de imagem e voz.

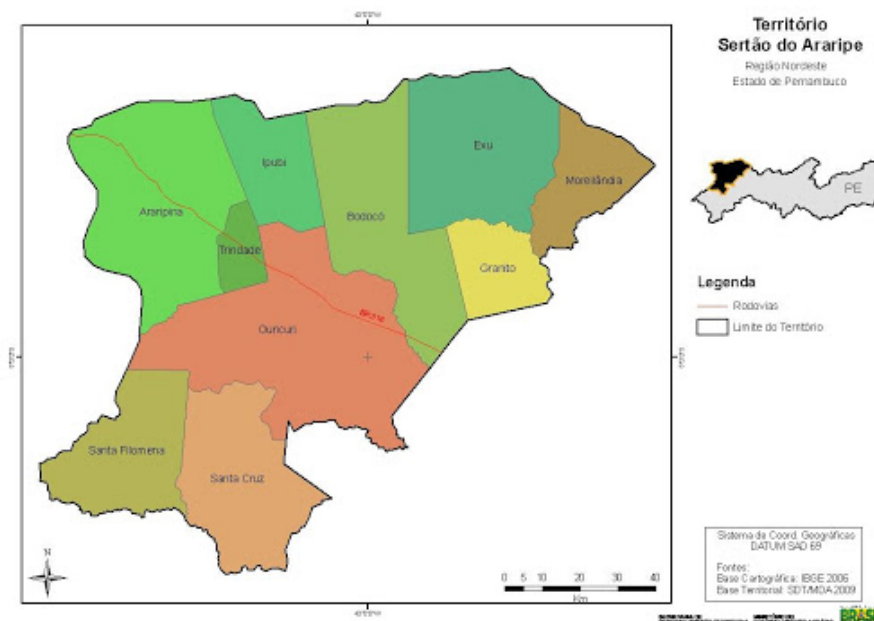
As imersões aconteceram nos meses de março e maio de 2021, no primeiro mês aconteceram entre os dias 25 e 27 e no segundo mês a atividade foi realizada entre os dias 20 e 22. As temáticas discutidas nas imersões estavam relacionadas aos conteúdos abordados nas aulas teóricas: Políticas Públicas e Práticas de Saúde, Cultura, Identidade e Território, Agroecossistemas Sustentáveis no Bioma Caatinga Educação em Agroecologia, Mudanças Climáticas na Agricultura, Epistemologia e Metodologia de Pesquisa Interdisciplinar. Os interlocutores do território do Araripe foram agrupados nos dois períodos dos seis dias destinados a imersão. Durante esses dias cada convidado/a tinha a liberdade para nos apresentar o território a partir do seu ponto de vista, para em seguida moderados pelos/as professores/as, os discentes interagem com os representantes do território para um debate.

Segundo os dados do IBGE de 2010, a população total do território era de 307.658 habitantes, com uma população rural de 142.520 habitantes (46% da população da população total). Considerando dados do SIT/MDA - Sistema de Informações Territoriais do Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o município de Santa Filomena é o que tem

o maior percentual de população rural (83%), enquanto Trindade é o que apresenta o menor percentual dessa população (14%) (MDA, 2011).

De acordo com os dados do IBGE (2010), outras informações sobre o território, é que o mesmo apresenta uma densidade demográfica média de aproximadamente 27 hab./km<sup>2</sup>, evidenciando uma região com baixa densidade populacional, e uma população alfabetizada de 72,35% com pessoas acima de 15 anos, porcentagem abaixo da média estadual que é de 81,99%.

**Figura 1:** Território do Sertão do Araripe.



**Fonte:** Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população do território do sertão do Araripe enfrenta inúmeros problemas de acesso aos serviços públicos de saúde e transporte, ausência de saneamento, escassa e precária infraestrutura hídrica, entre outras coisas. O avanço do desmatamento e das queimadas, os impactos da produção de gesso e do uso da vegetação nativa como fonte de biomassa para geração de energia e o uso de agrotóxicos figuram entre os principais problemas ambientais na região (UNESCO 2007; MEDEIROS *et al.*, 2010).

Mas se de um lado o contexto socioambiental da região é adverso, de outro, o território é caracterizado por intensa mobilização social promovida por organizações de base da agricultura familiar orientadas pelo princípio da convivência com o semiárido, exercendo um forte controle social sobre as políticas públicas (MDA, 2011).

O exemplo da fundação da Escola Rural de Ouricuri (ERO), nos mostra de maneira prática, a força dessa mobilização. A escola nasceu com o princípio do diálogo com a convivência com o semiárido, segundo o relato do professor da Escola Rural Ouricuri (ERO).

A ERO tinha uma proposta que ia além do ensinar a ler a e escrever. A sua praxe carregava lado a lado a vivência teórica e prática, oportunizando os estudantes a vivenciarem dinâmicas que vão para além do livro e sala de aula. Ele mostrou que a interação dos estudantes com o dia a dia da prática com a convivência com o semiárido, era uma excelente alternativa, para troca de conhecimentos e aprendizagem. No campo da metodologia, a ideia da experimentação são elementos fundamentais para uma educação com base agroecológica, do ponto de vista epistemológico da construção do conhecimento.

Brandão (2002), em seu livro, o que é educação, nos mostra que temos muitos caminhos para compartilharmos conhecimento nesse processo de ensino aprendizagem. Para ele, nos grupos humanos, através do que ele chamou de trocas sociais, crianças e adolescentes eram expostas, a diversas situações pedagógicas.

Na segunda edição do Livro Geografia da Fome de Josué de Castro de 1967, o autor fez recomendações para se viver melhor na região (convivência com a seca), como a necessidade de acumular água e alimentos na época das chuvas para que se enfrente as secas com maior tranquilidade. Ele também afirmou que:

A seca não é o principal fator da pobreza ou da fome nordestinas. Que apenas um fator de agravamento agudo desta situação cujas causas são outras. São causas mais ligadas ao arcabouço social do que aos acidentes naturais, às condições ou bases físicas da região (Castro, 1967: 242).

O autor conclui que todas as medidas não passaram de paliativos para lutar contra a fome enquanto não for feita uma reforma agrária, que colocaria a terra a serviço dos que necessitam dela. Embora a convivência com a seca já fizesse parte da realidade da agricultura familiar, apenas com a chegada de organizações não governamentais na região, que se iniciam ações de sistematização das técnicas existentes e sensibilização ao cultivo diversificado, como também práticas promotoras ao fortalecimento da educação ambiental e responsabilidade social, juntamente com sindicatos rurais, igreja, conselhos, federações e o estado (CASTRO, 1967).

De acordo com Ventura *et al.*, (2012), ao avaliar o potencial de algumas das tecnologias sociais (TS) de convivência com o semiárido, desenvolvidas para a mitigação das mudanças climáticas e a promoção de desenvolvimento humano, chegaram a conclusão que as TS tem grande potencial para auxiliar na mitigação e na adaptação das mudanças climáticas, ao mesmo tempo que promovem melhorias na qualidade de vida das localidades onde estão sendo desenvolvidas.

Neste sentido ao longo dos anos, programas e projetos voltados ao fortalecimento da agroecologia e seus princípios se tornaram cada vez mais presentes na região. Vários são os itens envolvidos numa política pública de convivência com o semiárido, e encontrados nessa região, onde se destacam conforme Teixeira e Pires (2017):

As práticas de armazenamento de alimentos, água, sementes e forragens para os

animais; a substituição de animais de grande porte por médio e pequeno porte e o uso racional da água. Nesse conjunto de ações, a ênfase se volta para a criação de uma agricultura familiar agroecológica, que seja capaz de estabelecer uma relação mais harmoniosa com natureza, por meio de uma educação contextualizada, passível de permitir uma geração de renda, a partir da aptidão local.

Desta forma, no estudo em questão descreve-se a presença dos convidados e convidadas na atividade de imersão, à saber, representantes do Centro Nordestino de Medicina Popular (CNMP), Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas (CAATINGA) e da Associação dos/as Agricultores/as Familiares da Serra dos Paus Dóias (AGRODÓIA), estes componentes de grupos revelam através das suas experiências de vida e trabalho na região, as inúmeras possibilidades e necessidades de atuação para o fortalecimento da agroecologia no território.

As atividades desenvolvidas sejam elas através de leituras, escuta dos/das participantes e vídeos assistidos, deixou claro que a região tem um histórico de organização e reorganização no seu território, observou-se essa percepção através das falas e discussões, no momento evidenciado.

Ao adentrarmos na pandemia do Coronavírus no território do Araripe, a partir da realidade daqueles que ali residem, observamos como as práticas agroecológicas foram um diferencial, no sentido de proteger a família em um momento onde a população se tornou ainda mais vulnerável.

A rede de afeto e cuidado, como protocolo de saúde foi o eixo que norteou as decisões das famílias naquele momento e isso ficou imensamente evidenciado na fala dos e das participantes. Partilha de saberes como no caso da produção de máscaras caseiras, ou dos protocolos familiares quer seja relacionados à produção de remédios caseiros ou sobre a importância de se manter alimentos nesse período, orientações sobre o processo da pandemia, resgate e fortalecimento das práticas culturais alimentares e ensinamentos ancestrais também se fizeram presente nos depoimentos dos e das convidadas para a atividade de imersão.

A participação da mulher sertaneja nesse ambiente no contexto da pandemia revelou situações antagônicas. À exemplo ressalta-se uma convidada que atua no território através do CNMP, está evidencia que houve aumento da vulnerabilidade da mulher com relação à violência e insegurança alimentar e aos problemas relacionados à saúde, ao passo que também foi observado que as mulheres da AGRODÓIA, foram protagonistas em ações de combate o covid-19. Na percepção dessas envolvidas é nítido de como as mulheres atuaram de maneira efetiva nesse momento.

Em contrapartida, expondo fatos de outro Município pertencente a outra Região mais que merece destaque, vale lembrar-se da representante quilombola do Quilombo Mulatos, no município de Jardim/CE, que teve um importante papel em sua comunidade a frente de ações no combate a pandemia, especialmente sobre a agenda de luta para minimizar a escassez de alimentos naquele momento. Vários desafios precisam serem superados por

essa população, fica evidente que o reconhecimento de sua identidade no território, é algo que já foi superado por eles, e agora lutam, para que sejam reconhecidos de fato pelo poder público como um grupo com identidade cultural própria, vale ressaltar que esta percepção pode ser aplicada nos diversos territórios aonde esses grupos estão implantados.

O sertão do Araripe também é conhecido por ter em seu território polo gesso, que é responsável pela produção de 95% de gesso do país (MEDEIROS *et al.*, 2010). No pólo gesso se encontram em torno de 35 mineradoras, mais de 100 calcinadoras e 400 fabricantes de fornos, gerando 12 mil empregos se tornando assim, uma das mais importantes atividades econômicas do sertão do Araripe. Um pólo que abrange cinco cidades escancara o quanto tem sido danosa para a região do ponto de vista ambiental e social (OLIVEIRA e SHINOHARA, 2014).

Exploração da mão de obra, desmatamento da caatinga ou até mesmo a inserção do eucalipto na região, para servir de biomassa para uso nas caldeiras, são ações que visam beneficiar apenas a dimensão econômica, em detrimento das outras e não menos importantes dimensões. A supressão da caatinga utilizada como matriz energética para alimentar as calcinadoras, modifica o lençol freático, contribuindo com as chuvas irregulares que afeta os agroecossistemas, que por sua vez tem uma interferência direta de maneira negativa na segurança alimentar e perdas científicas enormes da ancestralidade como fósseis e campos de estudos (PERNAMBUCO, 2007)

Sobre as perdas significativas da ancestralidade na região, uma representante dos povos indígenas Kariri, reflete que para que pudessem sobreviver “a gente se anulou para não morrer”, tamanha foi o processo de colonização na região. O representante do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), convidado para a imersão descreveu com muita propriedade que a descrição com que a população da zona rural manifesta suas crenças, muito provavelmente é reflexo de uma interferência colonizadora pela qual passou a região.

A maneira predatória, como o modelo de desenvolvimento se mostra nessa região, reforça de maneira estrondosa a sindemia. Assim como Junior e Santos (2021), afirmam que a sindemia se apresenta em sociedades que estão pautadas na contradição, na desigualdade social, através de percepções afirma-se que a sindemia é o resultado de vários contextos interligados. As mazelas sociais e econômicas afetam principalmente os mais vulneráveis.

#### 4 CONCLUSÃO

Olhar o território de maneira sistêmica, levando em consideração que as propriedades das partes, só podem ser compreendidas a partir da organização como um todo, e que tudo esta profundamente interligado é algo de extrema relevância, e se faz urgente e necessário.

Estudar esse território e perceber que o quanto ele é rico, mais extremamente explorado em nome de um desenvolvimento que não valoriza e não protege o meio ambiente, sua população e tudo que envolve esses dois pilares que fizeram do território do Araripe, um lugar único, é bastante preocupante. A maior lição aprendida é que esse modelo



de desenvolvimento que tá posto, é extremamente danoso e necessita ser substituído o quanto antes, por um modelo que respeite o território e todas as suas particularidades. E nesse percurso urge a necessidade da resignificação da trajetória e da origem dos povos tradicionais da região, como fortaleza daquela gente.

É perceptível que a atividade agrícola é a atividade humana mais vulnerável aos efeitos climáticos e que a segurança alimentar e agricultura são fenômenos indissociáveis, e que a redução drástica da biodiversidade torna a produção de alimentos mais vulnerável.

Por fim, é imperativo refletir e questionar se existe um modelo de desenvolvimento para o território, que consiga aliar a necessidade da “extração”, da matéria prima, com a redução drástica dos impactos ambientais, sociais, territoriais, entre outros, em nome de uma convivência harmoniosa e equilibrada.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: **Editora Brasiliense**, 2002. 117

BISPO JÚNIOR J. P.; SANTOS D. B. DOS. COVID-19 como sindemia: modelo teórico e fundamentos para a abordagem abrangente em saúde. **Cad. Saúde Pública** 2021; 37(10):e00119021 Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/static//arquivo/1678-4464-csp-37-10-e00119021.pdf> Acesso em 09 mai. 2022

CASTRO, J. de Geografia da Fome – o dilema brasileiro: pão ou aço. **Editora Brasiliense** – 1967 10ª edição.

CONDEPE/FIDEM. Agencia Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. Pernambuco em mapas. Coordenação de Ruskin Marinho de Freitas e Kamila Soares de Arruda Santos. Recife, 2011.

GARCIA, I. F. **Convivência com o semiárido e organização da sociedade civil no Sertão do Araripe (PE)**, 175 f. Dissertação (mestrado) – Rio de Janeiro - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2013.

IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=2&i=P&c=200> . Acesso em: 26 abril de 2021.

INSA - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO. Semiárido Brasileiro. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/rede-mcti/insa/semiario-brasileiro>. Acesso em: 30 abr. 2022.

ISPN - Instituto Sociedade, População E Natureza. Caatinga. Disponível em: <https://ispn.org.br/biomas/caatinga/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

MDA - Ministério Do Desenvolvimento Agrário. **Plano territorial de desenvolvimento sustentável do sertão do Araripe**. 2011. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio081.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio081.pdf). Acesso em: 27 abr. 2021.

MEDEIROS, Marcílio Santos; HURTADO-GUERRERO, José Camilo; SILVA, Lia Giraldo Augusto. **A Saúde no Contexto do Polo Gesseiro de Araripina-Pernambuco**, Brasil. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n2/12.pdf>. Acesso em: 09 maio 2022.

OLIVEIRA M. A. C e SHINOHARA A. H. A experiência com gás natural/GLP no polo gesseiro do Araripe, PE. **Cerâmica** 60 (2014) 243-253. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/270490525\\_A\\_experiencia\\_com\\_gas\\_naturalGLP\\_no\\_polo\\_gesseiro\\_do\\_Araripe\\_PE](https://www.researchgate.net/publication/270490525_A_experiencia_com_gas_naturalGLP_no_polo_gesseiro_do_Araripe_PE). Acesso em 09 maio 2022.

PERNAMBUCO, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente Região do Araripe: diagnóstico florestal/ Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2007 Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000158602?1=null&queryId=8baa56ed-216f-48ab-94ba-ae815f8a2953> Acesso em 10 mai. 2022

TEIXEIRA, C. T. M. e PIRES, M. L. L. S. Análise da Relação Entre Produção Agroecológica, Resiliência e Reprodução Social da Agricultura Familiar no Sertão do Araripe. **Revista de Economia e Sociologia Rural** [online]. 2017 v. 55, n. 1 [Acessado 30 Abril 2022], pp. 47-64. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550103>>. ISSN 1806-9479. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550103>.

VENTURA, A. C., GARCÍA, L. F., ANDRADE, J. C. S. Tecnologias sociais: as organizações não governamentais no enfrentamento das mudanças climáticas e na promoção de desenvolvimento humano. **Cadernos EBAPE**. BR 10(3), 2012.